



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS
DIVISÃO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO**

4ª Edição do “Prêmio Melhores Práticas de Gestão”

O processo de votação da 4ª edição do “Prêmio Melhores Práticas de Gestão” foi realizado entre os dias 14 e 27 de abril de 2015, por meio da *intranet* do TJCE, e foi aberta aos magistrados e servidores de todo o Poder Judiciário do Estado do Ceará.

A votação foi regulamentada pelo Provimento nº 12/2012, de 04 de maio de 2012 (publicado no DJE de 04 de maio de 2012), alterado pelas Portarias nº 1.117/2013, de 24 de setembro de 2013 (publicada no DJE de 25 de setembro de 2013) e nº 20/2014, de 08 de janeiro de 2014 (publicada no DJE de 09 de janeiro de 2014).

Dez iniciativas concorreram ao prêmio, que tem a finalidade de dar visibilidade às boas práticas e estimular troca de experiências de trabalho entre as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário, além de contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população.

Os autores das práticas eleitas receberam elogio funcional, publicado no Diário da Justiça, e certificado de Menção Honrosa entregue pela Presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS
DIVISÃO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

PRÁTICAS ELEITAS:

1. Execução eficiente de medidas socioeducativas em meio aberto

Autor: Dr. Augusto César de Luna Cordeiro Silva

Unidade: 2ª vara cível de Maracanaú

Resumo: A iniciativa busca evitar a reincidência de atos infracionais de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto por meio de audiências com a presença de juiz, equipe do Creas, integrante(s) do Ministério Público e da Defensoria Pública.

2. Mediação Judicial como resolução de conflitos em fase pré-processual

Autor: Dr. Carlos Henrique Garcia de Oliveira

Unidade: 2ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza

Resumo: A prática busca facilitar o diálogo entre as partes de um conflito, por meio de conversa pautada por técnicas de mediação, visando à finalização do problema em questão antes que ele venha a se tornar uma disputa judicial.

3. Dialogando com o Judiciário: maior aproximação com a população via programa de rádio

Autora: Dra. Samara de Almeida Cabral

Unidade: Comarca de Itapipoca

Resumo: A magistrada vai à rádio local de Itapipoca discutir temas atuais do Direito que tenham grande repercussão social ou sejam de interesse da comunidade local com a finalidade de promover uma maior democratização da Justiça no Brasil.